



Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

## **ATA DA 71ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

- OBJETO:** 01 – Protocolo nº 16.181.821-6 - IAP, APA do Passaúna em Curitiba: Desafetação de imóvel em Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), transformando-a em Zona de Ocupação Orientada (ZOO), para implantação do Centro de Reserva Lamenha Pequena, rua João Antônio Zen, Bairro Lamenha Pequena. Interessado: SANEPAR;
- 02 - Protocolo nº 15.063.600-0 - IAP, APA Rio Verde – Campo Largo: Desafetação de área em Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), transformando-a em Zona Urbana Consolidada (ZUC) – Interessado: Aniceto Jacinto Costa e outros, matrícula nº 45.926;
- 03 – Protocolo nº 15.779.890-1 - IAP, APA Rio Verde – Campo Largo: Desafetação de área de imóvel em Zona de Preservação de Fundo de Vale (ZPFV), transformando-a em Zona de Uso Agropecuário – Interessado: União Catarinense de Educação, sob matrícula nº 28.464;
- 04 – Protocolo nº 15.848.745-4 - IAP, APA Rio Iraí – Campina Grande do Sul: Desafetação de terreno em Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS - III), transformando-a em Zona Urbana Consolidada (ZUC - II) – Interessado Flávio Nevaldo Todeschini, sob matrícula nº 06.327;
- 05 – Protocolo nº 15.848.738-1 - IAP, APA Rio Iraí – Campina Grande do Sul: Desafetação de terreno em Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS - III), transformando-a em Zona Urbana Consolidada (ZUC - II) – Interessado Madeireira Taiguara, sob matrícula nº 06.328;
- 06 – Protocolo nº 16.291.084-1 – COMEC, Revisão do Plano Diretor de Almirante Tamandaré;
- 07 – Protocolo nº 15.975.197-0 – COMEC, Aquífero KARST – Almirante Tamandaré: Solicitação de Instituição de Zona Especial de Interesse Social do Karst (ZEIS – K) em área do Loteamento denominado “Jardim Ecoville”, sob matrícula nº 16.964, sendo necessária revogação da Lei Complementar nº 73/2018 e instituição de nova Lei com parâmetros já estabelecidos pelo Plano Diretor para ZEIS/KARST;
- 08 – Protocolo nº 15.915.642-7/15.679.087-7 - COMEC, Aquífero KARST – Almirante Tamandaré: Solicitação de Instituição de Zona Especial de Interesse Social do Karst (ZEIS K) – em área do Loteamento denominado “Jardim Ecoville II”, sob matrícula nº 11.926;
- 09 – Protocolo nº 15.915.686-9/15.638.378-3 – COMEC, Aquífero KARST – Almirante Tamandaré: Solicitação de Instituição de Zona Especial de Interesse

Social do Karst (ZEIS – K) em área do Loteamento denominado “Jardim Europa”, sob matrícula nº 09.369;

10 – Solicitação formulada pelo Grupo Interinstitucional de Trabalho – GIT, de criação de Grupo de Estudo de revisão na UTP do Guarituba, em especial quanto às Zonas de Restrição à Ocupação (ZRO), tomando como base os protocolos nº 16.179.334-5 e 16.140.945-6 – COMEC, UTP do Guarituba.

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na sala  
2 de reuniões da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – Comec, no Palácio das  
3 Araucárias, realizou-se a 71ª reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região  
4 Metropolitana de Curitiba – CGM/RMC, contando com a presença do Presidente do  
5 CGM/RMC, Sr. Gilson de Jesus dos Santos (Presidente da COMEC), dos conselheiros votantes:  
6 Sr. Prefeito Antonio Cesar Matucheski (titular ASSOMEK – Tijucas do Sul), Sr. Antonio Carlos  
7 Gerardi (titular SANEPAR), Sra. Jussara Maria Silva (titular Universidade Positivo), Sr. João  
8 Lech Samek (titular ÁGUAS PARANÁ), Sr. Newton Borges dos Reis (titular SINDUSCON),  
9 Sr. Dmitri Arnaud (suplente COMEC), Sr. Fernando Araújo de Camargo (titular ASSOMEK –  
10 Campo Magro); dos suplentes, dos técnicos convidados da Prefeitura de Almirante Tamandaré:  
11 Srs. Gerônimo Teider Rocha e Cezar Manfron; dos representantes convidados da Tocantins  
12 Engenharia Ltda.: Srs. Carlos Henrique Giglio Jr e Daniel Alves de Oliveira; e demais ouvintes  
13 conforme lista de presença em anexo à presente ata. O Sr. Gilson de Jesus dos Santos, Presidente  
14 do CGM, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou uma síntese das  
15 atividades desenvolvidas pelo Conselho Gestor dos Mananciais/RMC durante o ano de dois mil  
16 e dezenove. Em seguida passou a palavra à secretária do CGM/RMC, Sra. Millena Ribeiro dos  
17 Reis, convocada como oradora da sessão, que apresentou brevemente a pauta da presente  
18 reunião e iniciou a explanação do primeiro caso pautado, sob protocolo nº **16.181.821-6 - IAP**,  
19 relativo ao pedido de desafetação de área em Zona de Conservação da Vida Silvestre – ZCVS,  
20 em imóvel destinado à implantação do Centro de Reserva Lamenha Pequena, localizado na  
21 Rua João Antônio Zen – Bairro Lamenha Pequena, em Curitiba, cuja autoria do projeto é da  
22 SANEPAR. A secretária Millena explicou que o Reservatório Lamenha Pequena era uma  
23 diretriz do Plano Diretor de Abastecimento de Curitiba e da Região Metropolitana – SAIC  
24 (2011) e que a intenção da estrutura é de distribuir água potável no bairro de Santa Felicidade,  
25 em Curitiba, e no município de Campo Magro, com estimativa de atendimento à cerca de 37 mil  
26 pessoas que, atualmente, enfrentam problemas com a falta de abastecimento de água. A  
27 secretária citou a justificativa da SANEPAR de que o mapa de zoneamento do Decreto  
28 5063/2001 – APA Estadual do Rio Passaúna – pode apresentar imprecisão e deslocamento de  
29 zonas em relação a realidade. A secretária executiva apresentou imagens históricas, fornecidas  
30 pela SANEPAR, que constata a inexistência de vegetação nativa na época da criação do  
31 zoneamento na área delimitada como Zona de Conservação da Vida Silvestre - ZCVS. A  
32 secretária informou que não haverá aumento de densidade na área e que a mesma será destinada  
33 apenas à implantação do reservatório. Segundo a secretária, a mesma solicitação havia sido  
34 encaminhada ao Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, na 70ª reunião ordinária, que  
35 ocorreu no dia 31 de outubro de 2019, resultando na seguinte decisão: *“Após as discussões do*  
36 *Conselho, o Presidente da sessão encaminhou para apreciação dos Srs. Conselheiros a*  
37 *aprovação da proposta de desafetação da área do imóvel que está em Zona de Conservação da*  
38 *Vida Silvestre (ZCVS), para a execução do Reservatório Lamenha Pequena, na APA do*



39 *Passaúna, em Curitiba. Por UNANIMIDADE, o plenário entendeu que não há óbice à*  
40 *aprovação da proposta, porém ficou acordado que a aprovação final, pelo CGM/RMC, ficará*  
41 *condicionada ao Licenciamento Ambiental do IAP, à análise técnica e deliberação da Câmara*  
42 *Técnica da APA do Passaúna e demais providências legais requeridas pelos órgãos*  
43 *competentes, necessárias à adequação futura do mapa de zoneamento da Área de Proteção*  
44 *Ambiental do Rio Passaúna – APA do Passaúna, instituído pelo Decreto Estadual 5063, de 20*  
45 *de novembro de 2001, e suas alterações”. A secretária explicou que após a decisão do*  
46 *CGM/RMC, o processo foi protocolado no Instituto Ambiental do Paraná – IAP, o qual*  
47 *informou que grande parte do imóvel possui vegetação exótica, que uma pequena parte possui*  
48 *vegetação secundária em estágio inicial e posicionou-se favoravelmente à desafetação da ZCVS*  
49 *no imóvel, posteriormente o mesmo foi remetido à Câmara de Apoio Técnico – CAT do*  
50 *Passaúna, que também manifestou-se favoravelmente à desafetação em sua 5ª reunião ordinária*  
51 *de 2019, desde que se seguissem as normativas relacionadas à matéria, e encaminhou o processo*  
52 *ao CGM/RMC. A Sra. Jussara, professora representante da Universidade Positivo - UP, solicitou*  
53 *que fosse informada à que zona a área desafetada seria integrada. A secretária explanou que a*  
54 *área passaria a integrar a Zona de Ocupação Orientada – ZOO, que já afeta o restante do imóvel.*

55  
56 **DECISÃO:** Após as discussões do Conselho, a secretária encaminhou para votação dos Srs.  
57 Conselheiros a aprovação da proposta de desafetação da área do imóvel que está em Zona de  
58 Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), transformando-a em Zona de Ocupação Orientada –  
59 ZOO, adotando-se os respectivos parâmetros desta zona, para a execução do Reservatório  
60 Lamenha Pequena, na APA do Passaúna, em Curitiba. Excetuando-se o Sr. Antonio Carlos  
61 Gerardi, representante titular da SANEPAR, que se absteve do voto por ser técnico da instituição  
62 interessada e também membro conselheiro do CGM, o plenário se manifestou favoravelmente à  
63 aprovação da proposta. Considerando 6 (seis) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção, a proposta  
64 de desafetação foi APROVADA pelo CGM/RMC.

65  
66 Na sequência da reunião, a secretária executiva apresentou o processo sob nº 15.063.600-0 -  
67 **IAP**, referente à solicitação de desafetação de áreas em Zona de Conservação da Vida Silvestre  
68 (ZCVS), transformando-as em Zona Urbana Consolidada (ZUC), no imóvel de Aniceto Jacinto  
69 Costa e outros, matrícula nº 45.926, na APA Estadual do Rio Verde, em Campo Largo. A  
70 secretária apontou as duas áreas dentro do imóvel que foram requeridas para a desafetação,  
71 denominadas como “ZCVS 1” e “ZCVS 2”, e informou que o Conselho de Desenvolvimento  
72 Urbano e Meio Ambiente de Campo Largo – CONDUMA aferiu que a área “ZCVS 1” não era  
73 passível de desafetação, por ser uma área com mata nativa, inclusive com espécies ameaçadas de  
74 extinção, e que a área “ZCVS 2” seria passível de desafetação, por não possuir vegetação nativa,  
75 bem como um corredor já existente sem vegetação de aproximadamente 06 (seis) metros que  
76 conecta as duas áreas. Segundo a secretária, o IAP solicitou ao interessado o mapa de uso e  
77 ocupação e a caracterização da vegetação após o deferimento do CONDUMA. O processo foi  
78 remetido ao GIT que, em sua 66ª reunião, declarou-se favorável ao pedido de desafetação das  
79 áreas já descobertas por vegetação, que estariam marcadas equivocadamente no mapa de  
80 Zoneamento da APA do Rio Verde, e que as demais áreas que possuem vegetação deveriam ser  
81 inscritas na matrícula como área de preservação da vida silvestre. A secretária explicou que o  
82 processo foi remetido à 70ª reunião do CGM/RMC, na qual o plenário do Conselho deliberou  
83 pela RETIRADA do assunto da pauta do CGM até que se apresentasse o projeto de desafetação  
84 com as devidas especificações de perímetros e áreas de parte das Zonas de Conservação da Vida



85 Silvestre – ZCVS onde requer-se as desafetações, para análise, deliberação futura e elaboração  
86 da alteração do mapa de Zoneamento da APA do Rio Verde. A Sra. Millena informou aos  
87 conselheiros que, após a decisão do CGM/RMC, a COMEC solicitou ao responsável técnico o  
88 projeto de desafetação conforme o pedido do Conselho, para a inclusão do processo novamente  
89 na pauta da 71ª reunião ordinária. Em seguida, a secretária apresentou para apreciação dos  
90 Conselheiros o projeto solicitado, encaminhado pelo responsável técnico na semana da presente  
91 reunião, e a sobreposição do mesmo no mapa de zoneamento da APA Estadual do Rio Verde –  
92 Decreto nº 9074/2018. Posteriormente, a secretária indicou que há uma sobreposição entre parte  
93 da área “ZCVS 2”, a qual requer-se a desafetação, e parte de uma Zona de Preservação de Fundo  
94 de Vale – ZPFV. Os Conselheiros questionaram se deveria ser realizada a correção do projeto de  
95 desafetação, retirando a área da “ZCVS 2” afetada pela ZPFV. A secretária informou que não há  
96 necessidade da correção do projeto, pois a necessidade de retirada desta região do projeto de  
97 desafetação, ficará registrada em Ata e na resolução do Conselho que será publicada em Diário  
98 Oficial.

99  
100 **DECISÃO:** Após as discussões do Conselho, a secretária solicitou que o plenário manifestasse  
101 seu voto quanto ao assunto. A proposta de desafetação das áreas em Zona de Conservação da  
102 Vida Silvestre – ZCVS, denominadas como “ZCVS 1” e “ZCVS 2”, de acordo com o projeto de  
103 desafetação apresentado, transformando-as em Zona Urbana Consolidada – ZUC,  
104 EXCETUANDO-SE a região que compreende a Zona de Preservação de Fundo de Vale –  
105 ZPFV, na área denominada “ZCVS 2” do projeto de desafetação, que deverá ser mantida e  
106 preservada, foi APROVADA por UNANIMIDADE pelo Conselho.

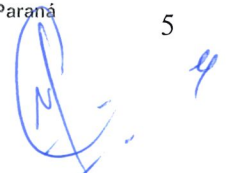
107  
108 Ato contínuo, a secretária Millena apresentou o processo nº 15.779.890-1 – IAP, referente à  
109 solicitação de desafetação de área de imóvel em Zona de Preservação de Fundo de Vale – ZPFV,  
110 propriedade da União Catarinense de Educação – UCE, sob matrícula nº 28.464, na APA  
111 Estadual do Rio Verde, em Campo Largo. A secretária informou que o imóvel é afetado por  
112 Zona de Conservação da Vida Silvestre – ZCVS, por Zona de Preservação de Fundo de Vale –  
113 ZPFV e por Zona de Uso Agropecuário – ZUA, segundo o mapa de zoneamento do Decreto  
114 Estadual nº 9074/2018, da APA Estadual do Rio Verde e que, segundo o laudo hidrogeológico  
115 apresentado pela UCE, não há evidências de nascentes e/ou lâminas d’água no terreno,  
116 solicitando portanto, a desafetação das áreas em ZPFV, transformando-as em ZUA. A secretária  
117 informou que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Campo Largo emitiu parecer  
118 favorável a desafetação após a análise do laudo hidrogeológico, instruindo o encaminhamento do  
119 processo ao IAP, o qual verificou a não ocorrência de curso hídrico no local por meio de sua  
120 base de dados e, em seguida, fez vistoria *in loco*, onde confirmou a não existência das duas  
121 nascentes apontadas no mapa de zoneamento da APA, podendo estar à jusante do imóvel e  
122 informou que nas áreas mais baixas do terreno há a ocorrência de inundação com tempo de  
123 recorrência de 25 anos. Segundo a secretária executiva, na sequência, o IAP solicitou o mapa de  
124 uso do solo ao requerente com a indicação das nascentes as quais se requer desafetação, para  
125 realização de nova vistoria, que foi realizada com acompanhamento de uma geóloga. Na vistoria  
126 não foram verificadas surgências de água. O processo foi encaminhado ao Grupo  
127 Interinstitucional de Trabalho – GIT, que deferiu, em sua 71ª reunião, o pedido de desafetação  
128 das áreas em ZPFV e remeteu o processo ao CGM/RMC. A Sra. Jussara indagou se as possíveis  
129 nascentes estariam à jusante do imóvel. A Sra. Bruna de Melo, técnica do IAP presente na  
130 reunião, explicou que na vistoria não foi constatado curso hídrico no local e que há um rio que



circunda o imóvel, porém a área interna é utilizada para a atividade agrícola. O Sr. João Samek, representante do ÁGUAS PARANÁ, questionou novamente se há a possibilidade de existirem nascentes em outras áreas à jusante no imóvel, que não as demarcadas no mapa de zoneamento da APA. A técnica Bruna, afirmou que, na última vistoria do IAP, não foi constatada a presença de nascentes no imóvel, inclusive na área atingida pela curva de recorrência de inundação de 25 anos.

**DECISÃO:** Após as discussões do Conselho, a secretária encaminhou para votação dos Srs. Conselheiros a aprovação da proposta de desafetação das áreas do imóvel que estão em Zona de Preservação de Fundo de Vale - ZPFV, transformando-as em Zona de Uso Agropecuário – ZUA, adotando-se os respectivos parâmetros desta zona. A proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE pelos Conselheiros.

Em seguida, a secretária do CGM/RMC apresentou os processos nº 15.848.745-4 – IAP e 15.848.738-1, referentes à solicitação de desafetação de áreas de imóveis lindeiros contidas em Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS - III), transformando-as em Zona Urbana Consolidada (ZUC - II), interessados Flávio Nevaldo Todeschini e Madeireira Taiguara, sob matrículas nº 06.327 (lote 05) e nº 06.328 (lote 06) respectivamente, na APA Estadual do Iraí em Campina Grande do Sul. A secretária executiva apresentou as áreas e informou que são atingidas por Zona de Conservação da Vida Silvestre – ZCVS, Zona de Preservação de Fundo de Vale – ZPFV e Zona Urbana Consolidada – ZUC. A Sra. Millena citou a justificativa dos interessados de que as áreas em ZCVS apresentam “*vegetação praticamente inexistente, não cumprindo a função de garantir a subsistência da fauna local*”. A secretária informou que, segundo o parecer do IAP, havia ocorrência de vegetação nos imóveis até 2004, porém até 2009 houve supressão e movimentação de terra nos locais e que, em vistoria, o IAP identificou não haver vegetação nativa arbórea nas áreas, solicitou mapa de uso do solo, parecer favorável de Campina Grande do Sul e o processo foi remetido à Câmara de Apoio Técnico – CAT do Iraí, que em sua 5ª reunião ordinária, deliberou: “[...] *Em votação: APROVADO por MAIORIA, exceto pela abstenção de voto do representante do MPPR e BPambFV, este por não ser representante oficialmente indicado, pela aprovação do pedido de desafetação da área de reflorestamento de eucaliptos que foi considerada como ZCVS, à exceção de eventual Área de Preservação Permanente-APP, permanecendo a Zona de Preservação de Fundo de Vale*”. Em seguida o processo foi encaminhado ao CGM/RMC para análise e deliberação final. A Sra. Jussara, representante da UP, destacou que a Zona Urbana Consolidada II, estabelecida pelo Decreto Estadual da APA do Iraí nº 11660/2014 e alterações, institui para lote mínimo as áreas de 450 m<sup>2</sup> ou 600 m<sup>2</sup>, dependendo da localização dos imóveis, e questionou sobre qual seria o lote mínimo para as áreas em análise, objeto de desafetação. Após discussões a secretária executiva consultou o decreto 11660/2014 e citou as observações “(1)” e “(2)” da ZUC II, contidas no anexo “*Parâmetros de Ocupação*”: “(1) *Tamanho do lote conforme aprovação do loteamento. Para as áreas não loteadas, no município de Campina Grande do Sul, situadas entre os loteamentos Joana Olímpia, Moradias Timbú, Jardim Oswaldo Florêncio e Lot. Eugênia Maria e as áreas limitadas pelo loteamento Moradias Timbu, Jd. Graciosa, Jd. Paulista e uma linha paralela, a leste, distante 408 metros do limite dos lotes a oeste; o tamanho do lote será de 450/12 (lotes de esquina + 5). (2) No município de Campina Grande do Sul, loteamento Jardim Paulista, poderá ser delimitada - através de lei municipal - uma área de tamanho máximo de 240.000 m<sup>2</sup>, na qual será permitida a intensificação dos parâmetros de*





177 uso, em terrenos iguais ou superiores a 600 m<sup>2</sup>, com aquisição de potencial construtivo (a ser  
178 regulamentada por lei municipal), respeitada uma taxa de ocupação de 40% e 4 pavimentos, e  
179 dependendo das recomendações emanadas do detalhamento dos estudos urbanísticos e de sua  
180 compatibilidade com a densidade populacional da sub-bacia do rio Timbu (adequada à  
181 garantia da qualidade e quantidade hídrica)”. Desta forma a secretária informou que, conforme  
182 a localização do imóvel, a Prefeitura e a Comec informarão em que parâmetros os imóveis se  
183 enquadram, porém constatou que os imóveis encontram-se no loteamento Timbu, se  
184 enquadrando na observação “(1)” citada, que determina, para novos loteamentos, lotes mínimos  
185 de 450 m<sup>2</sup> e de 12 metros de testada.

186  
187 **DECISÃO:** Após as discussões do Conselho, a secretária encaminhou para votação dos Srs.  
188 Conselheiros a aprovação da proposta de desafetação de áreas de imóveis lindeiros, matrículas  
189 nº 06.327 (lote 05) e nº 06.328 (lote 06), contidas em Zona de Conservação da Vida Silvestre  
190 (ZCVS - III), transformando-as em Zona Urbana Consolidada (ZUC - II), adotando-se os  
191 respectivos parâmetros desta zona, à exceção de eventual Área de Preservação Permanente -  
192 APP, permanecendo em Zona de Preservação de Fundo de Vale. A proposta foi APROVADA  
193 por UNANIMIDADE pelos Conselheiros.

194  
195 Dando continuidade à explanação dos processos, a secretária executiva do CGM/RMC, solicitou  
196 a permissão de inclusão na pauta do processo nº 16.291.084-1, referente a aprovação da  
197 proposta do Plano Diretor de Almirante Tamandaré, mais especificamente das propostas de Lei  
198 de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Lei de Perímetro Urbano, para análise e aprovação  
199 do Conselho, a pedido do Sr. Gilson, presidente do CGM e justificou que os três processos que  
200 seriam apresentados na sequência da reunião poderiam estar condicionados à aprovação desta  
201 revisão do Plano Diretor, que já estava em tramitação na Comec e que foi encaminhado ao  
202 CGM/RMC pela Câmara de Apoio Técnico do Aquífero Karst – CAT do Karst, após as devidas  
203 correções solicitadas. Em seguida, a secretária passou a palavra para o Coordenador do  
204 Departamento de Planejamento da Comec, Sr. Eloir Ernani Alberti Jr., convocado para  
205 apresentar o processo. O Sr. Eloir se apresentou e introduziu o assunto explicando que o Plano  
206 Diretor de Almirante Tamandaré já havia sido sancionado no final do ano de 2018 e que, em  
207 2019, foi encaminhada à Comec que analisou os documentos elaborados e emitiu o parecer  
208 técnico nº 70/2019/DPLAN, com apontamentos principalmente relacionados ao aumento do  
209 perímetro urbano municipal às alterações de parâmetros de zoneamento, uso e ocupação do solo,  
210 exemplificando a redução dos lotes mínimos em Zonas de Chácaras – ZCH. O Sr. Eloir  
211 demonstrou a preocupação da Comec com relação ao afundamento de solo provocado pelo  
212 aumento do perímetro urbano e de densidade populacional em áreas do Aquífero Karst, expondo  
213 a população a risco e justificou que o parecer solicitou adequações no Plano Diretor a fim de  
214 evitar desastres futuros e de adequar-se às Legislações Estaduais e Federais. O Sr. Eloir  
215 informou que o município realizou os ajustes solicitados no parecer, reduzindo o perímetro  
216 urbano municipal novamente, revisando alguns parâmetros urbanísticos, adequando as minutas  
217 de leis ao Decreto Estadual 745/2015 – que “Regulamenta o ordenamento territorial das áreas de  
218 mananciais de abastecimento público situadas na Região Metropolitana de Curitiba” – e  
219 incluindo uma tabela anexa à Lei de Zoneamento, que exige a elaboração de estudo e laudo  
220 geotécnico/geológico para todos os empreendimentos de parcelamento do solo e edificações que  
221 estejam sobre área de influência do Karst. O Coordenador informou que no dia anterior à  
222 presente reunião (17/12/2019), foi realizada uma sessão extraordinária da CAT do Karst para



apreciação, pelos técnicos membros, do Plano Diretor de Almirante Tamandaré e que o mesmo foi aprovado na ocasião. O Sr. Eloir passou a palavra para o Secretário Municipal de Urbanismo da Prefeitura de Almirante Tamandaré, Sr. Gerônimo Teider Rocha, convidado para expor o Plano Diretor ao Conselho, que apresentou-se e fez uma breve explanação do processo de elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município, informando que o mesmo deveria ter sido revisado em 2016, em consonância com o Estatuto da Cidade, porém a ação só foi realizada em 2018. O Secretário afirmou que o Plano Diretor de 2006, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, já possuía uma boa concepção e que a nova revisão consiste em uma adequação à realidade do município na atualidade, considerando o aumento na densidade populacional e o número de ocupações irregulares, ainda informou que as atividades de revisão contaram com a participação da população, dos vereadores, da promotoria de justiça e demais instituições e organizações e explicou que o processo foi tramitado na Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas – SEDU, porém não passou pela análise da Comec e das Câmaras Técnicas responsáveis, sendo remetido diretamente à aprovação na Câmara de Vereadores de Almirante Tamandaré em 2018. O Secretário explicou que a Comec identificou o equívoco e solicitou ao município que protocolasse os volumes do Plano Diretor na instituição, para análise e parecer, resultando nos apontamentos exarados no parecer 70/2019 e informou que, o município buscou realizar todas as adequações apontadas, inclusive inserindo maiores restrições quanto ao uso do solo em áreas do aquífero Karst, também afirmou que o município não teve a intenção de aumentar a densidade de ocupação com a expansão do perímetro urbano, mas sim de evitar, utilizando parâmetros de uso e ocupação em processos de parcelamento de solo irregulares em áreas rurais. O Sr. Gerônimo apresentou aos conselheiros os mapas comparativos entre o perímetro urbano aprovado em 2018 e o perímetro urbano reduzido na nova correção solicitada pela Comec, informando que a nova proposta só englobará as áreas já ocupadas irregularmente, também apresentou as alterações realizadas para os parâmetros de uso e ocupação do solo, informando foi alterado o lote mínimo para Zonas de Chácaras - ZCH, passando de 2.000 m<sup>2</sup> para 5.000 m<sup>2</sup> e incluíram a exigência de fazer-se cumprir o Decreto Estadual 745/2015 em áreas de mananciais. Os conselheiros questionaram se para as áreas irregulares que foram incluídas no perímetro urbano já existem ligações de água e esgoto e se há estudos geológicos. O Secretário informou que ainda não possuem as ligações, porém, as solicitações já estão sendo realizadas para a instalação de água potável, esgoto e energia elétrica e que a inclusão destas áreas no perímetro urbano servirá justamente para regularizar e implantar as infraestruturas necessárias e acrescentou que as áreas já possuem levantamentos geológicos levados em conta durante a elaboração da revisão do Plano Diretor. A secretária executiva do Conselho ressaltou que a maior preocupação da Comec era quanto ao aumento do perímetro urbano na região de Tranqueira, ao norte do município, constatada pelos levantamentos geológicos e pelo próprio diagnóstico do Plano Diretor, como sendo uma área com fragilidade de solo significativa dentro do perímetro do Karst. O Sr. Gerônimo destacou que a Comec havia solicitado adequações em parâmetros de zonas que, na lei de 2018, permitiam frações mínimas de 140.00 m<sup>2</sup> em regiões do Karst e informou que, após os apontamentos da Comec e da CAT do Karst, o parâmetro foi alterado para 180.00 m<sup>2</sup>, também ressaltou que a prefeitura poderia estabelecer critérios mais restritivos dependendo a fragilidade do solo em cada processo de parcelamento solicitado. O Sr. César Manfron, Secretário de Governo de Almirante Tamandaré, solicitou a palavra e informou que, através de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, Município receberá do PARANACIDADE recursos para investimentos em infraestrutura, porém ele só poderá utilizar o benefício se seu Plano Diretor estiver regular e mencionou que há processos parados no



Município e na Comec que dependem da aprovação da Revisão do Plano Diretor e que o mesmo já passou por toda a tramitação legal, inclusive pela análise da Comec e da CAT do Karst, justificando a urgência na aprovação das novas leis. O Sr. Eloir informou que a votação do novo Plano Diretor foi inserida em caráter de urgência. E a secretária executiva do Conselho Gestor informou que não houve tempo hábil para comunicar aos conselheiros sobre a inserção da matéria na pauta, pois os documentos com as adequações solicitadas pela CAT do Karst no dia anterior (17/12/2019), foi recebido pela Comec e encaminhado ao CGM/RMC na presente data da reunião ordinária do Conselho, pouco antes do início da sessão. O Sr. Eloir informou que o Plano Diretor de 2018, que estava vigente até o momento da sessão, foi analisado minuciosamente pelo Departamento de Planejamento da COMEC, o qual detectou uma série de inconsistências e remeteu à CAT do Karst, que também emitiu apontamentos, e afirmou que o município o adequou às leis aos apontamentos feitos, porém enquanto o Conselho não aprovasse o Plano corrigido, a versão de 2018 ainda estaria em vigência, correndo risco de encadear uma série de questões jurídicas. O técnico Sr. Raul de Oliveira Gradovski, secretário executivo da CAT do Karst, presente na sessão, confirmou que a Câmara aprovou a nova versão do Plano, porém solicitou algumas adequações que deveriam ser realizadas e apresentadas para o CGM/RMC para aprovação final. O Sr. César Manfron, informou que o município ainda está utilizando as Leis do Plano Diretor de 2006, portanto, se não for aprovada a nova versão do Plano, o município continuará irregular perante o Estatuto da Cidade, pois o prazo de vigência do Plano Diretor de 2006 venceu em 2016. O Sr. João Samek, lembrou que na 70ª Reunião do CGM/RMC também houve um pedido semelhante de inclusão de assunto na pauta e que este pedido foi votado pelos Conselheiros antes de ser apresentado na sessão. O conselheiro suplente representante da Comec junto ao CGM, que também é Presidente da CAT do Karst, Sr. Dmitri Arnaud, declarou que *“Nós tivemos a reunião ontem (17/12/2019), na qual foi exposto pelo pessoal de Almirante Tamandaré (o Plano Diretor), depois foi feita a defesa do que nós entendíamos como plausível para podermos aprovar, em termos de parâmetros do Plano, e todas as correções, após estudo exaustivo da questão, foram aprovadas. Então, pela Câmara do Karst, posso garantir a vocês que está ok, e que (o Plano) poderá passar do jeito que está”*. O Sr. Eloir ainda ressaltou que, após o parecer 70/2019 da Comec, o Município teve apenas três meses para realizar as correções necessárias no Plano Diretor de 2018, e que o mesmo as fez, e solicitou a aprovação da nova versão no Departamento de Planejamento da Comec, na CAT do Karst e no CGM/RMC, desta forma a Comec, considerando o esforço do Município em atender todas as adequações que a autarquia solicitou, se comprometeu a realizar uma força tarefa para aprovar a nova versão do Plano Diretor, por fim leu, na íntegra, o parecer 104/2019 emitido pelo Departamento de Planejamento da Comec após a reunião da CAT do Karst, o qual confirmou que o município realizou as correções necessárias para a aprovação final pelo CGM, tais como: a redução do perímetro urbano, dos parâmetros de uso e ocupação e a exigência do atendimento ao Decreto Estadual 745/2015 e à fragilidade do Karst. O Presidente do Conselho, Sr. Gilson, ressaltou que a prefeitura de Almirante Tamandaré foi muito correta nas tratativas que teve com a equipe técnica da Comec, participando de inúmeras reuniões para que se chegasse ao resultado esperado, que fosse aprovado pela CAT do Karst e que fosse protocolado na Comec pela manhã do presente dia, para apreciação do CGM/RMC. O Prefeito Cesar Matucheski, de Tijucas do Sul, perguntou: *“Quais são os aspectos avaliados pelo CGM na aprovação de um Plano Diretor?”*. O Sr. Eloir considerou que a principal questão avaliada pelo Conselho em um Plano Diretor Municipal é o respeito às áreas de mananciais. A secretária executiva do Conselho afirmou que o tema poderia ser incluído após aprovação dos Conselheiros. O Sr. Gerardi,



representante da SANEPAR, manifestou que a instituição defende a proteção dos mananciais e concordou com a inclusão da matéria na pauta do Conselho. O Sr. João Samek, representante do ÁGUAS PARANÁ, questionou se realmente há a possibilidade de inclusão de assunto de urgência na pauta. O Presidente justificou o ato tomando como base o Art. 12º, §1, do regimento interno do Conselho Gestor dos Mananciais: “§ 1º. *Novos assuntos poderão ser incluídos na pauta desde que aprovados pelo Plenário*” e o Art. 26: “*Compete ao Presidente do CONSELHO Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba*”, inciso XVI : “*tomar decisões, de caráter urgente, ‘ad referendum’ do Plenário*”. Em seguida o Presidente encaminhou para votação dos Conselheiros a inclusão da matéria na pauta da reunião, que foi APROVADA pelo Conselho, com exceção da Conselheira Jussara, representante da UP, que foi contra, por entender que necessitaria de tempo hábil para analisar o Plano Diretor apresentado. O Prefeito Antonio Cesar Matucheski, sugeriu que o Conselho inicie os acompanhamentos das revisões dos Planos Diretores dos municípios da Região Metropolitana e que, a cada reunião do CGM, seja apresentada uma relação dos andamentos atualizados dos Planos Diretores em revisão na RMC, visto que há muitos municípios que estão em fase de revisão de seus Planos atualmente, buscando celeridade nos processos. O Presidente ressaltou que a Comec se mantém ativa no acompanhamento e suporte aos Planos Diretores dos municípios que estão elaborando suas revisões.

**DECISÃO:** Após a apresentação da nova versão do Plano Diretor de Almirante Tamandaré e aprovação de inclusão do assunto na pauta da sessão, a secretária encaminhou para votação dos Srs. Conselheiros a aprovação da Revisão do Plano Diretor de Almirante Tamandaré, considerando as novas propostas de Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e Lei de Perímetro Urbano. A proposta foi APROVADA pelos Conselheiros, com exceção da abstenção da Sra. Jussara, representante da Universidade Positivo junto ao CGM/RMC.

Em seguida, a secretária do CGM/RMC apresentou o processo nº 15.975.197-0, referente à instituição de Zona Especial de Interesse Social do Karst (ZEIS – K) em área do loteamento denominado “Jardim Ecoville”, em Almirante Tamandaré, sob matrícula nº 16.964, sendo necessária revogação da Lei Complementar nº 73/2018 e instituição de nova lei complementar com parâmetros já estabelecidos pelo Plano Diretor para ZEIS/KARST. A secretária apresentou a localização e explicou que, pela Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo de 2006, a área estava inserida em Zona Residencial Especial do Karst – ZRE-K e Zona Residencial do Karst – ZR-K, porém pela Lei de Zoneamento de 2018 e suas alterações aprovadas no momento pelo CGM/RMC, o que era ZR- K foi substituído por Zona Especial de Interesse Social – ZEIS no imóvel, a ZRE-K se manteve e foi inserido o Setor Especial de Vias Estruturais – SVE ao longo da Rua Vereador Wadislau Bugalski. A secretária contextualizou o assunto, explicando que em 2015 o município havia emitido a Lei Complementar nº 50/2015 que definiu como ZEIS vários imóveis, inclusive a área em questão e que apresentava a tabela de parâmetros de uso e ocupação específica nº XXVI para estas áreas, diferente dos parâmetros estabelecidos para ZEIS no Plano Diretor de 2006. Em 2017 o processo do loteamento foi encaminhado à Comec para anuência e o Departamento de Planejamento da autarquia emitiu o parecer geológico nº 15/2017 informando que não havia óbices quanto à ocupação da área, desde que se atentasse às questões de geometria do terreno, taludes, drenagem e não ocupação da APP presente no imóvel, também foi informado que a Lei Complementar nº 50/2015 não atendeu a Lei Estadual nº 12.248/98 que cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC, pois não foi submetida à



aprovação da CAT do Karst e do CGM/RMC. A 11ª Reunião da CAT do Karst recomendou ao CGM/RMC que orientasse os municípios para que não instituíssem Áreas de Interesse Social - AISO sobre terrenos em área de influência DIRETA do Karst, o que resultou na resolução 03, de maio de 2017, porém a área em análise encontra-se em área de influência INDIRETA do Aquífero. A secretária também informou que na 12ª Reunião, a CAT emitiu a recomendação de adoção de roteiro para elaboração de Laudos Geotécnicos-Geológicos, a serem exigidos em projetos na área do Karst, desta forma a Comec sugeriu revogação da Lei Complementar 50/2015 e, em seguida, a Prefeitura informou que notificou os proprietários das áreas instituídas como ZEIS para que apresentassem documentos complementares e o levantamento Geofísico e Geológico do loteamento. A secretária explicou que o Departamento de Planejamento emitiu o parecer nº 02/2018, o qual informou que a área era adequada para ocupação, porém persistiu nas exigências anteriores e, com base nesta informação, a Prefeitura sancionou a Lei Complementar nº 68/2018, que excluiu a referida área, e outras, da Lei 50/2015. A secretária informou que, tomando conhecimento destas novas leis, o GIT, em sua 54ª Reunião, em janeiro de 2018, solicitou que o projeto atendesse aos parâmetros definidos pela Lei de Zoneamento vigente, Lei 002/2006, situando-se em ZR-K e ZRE-K e que não se utilizasse, para o caso, a tabela XXVI, da Lei 50/2015. Por este motivo a Prefeitura encaminhou à CAT do Karst e ao CGM/RMC a Lei Complementar nº 73/2018 que define a área matriculada como ZEIS e insere a Tabela XXVI com parâmetros específicos para esta ZEIS na Lei 02/2006, a mesma tabela criada pela Lei 50/2015, para aprovação destes grupos, pois se encontra em área de influência indireta do Karst. Como justificativa para a ação, na 7ª Reunião da CAT do KARST, realizada em 27/09/2018, o representante do município alegou que os parâmetros definidos seriam para atender às exigências da Caixa Econômica Federal e que, posteriormente, se ajustariam ao parâmetros de ZEIS - Karst da Lei Municipal de Zoneamento e ao decreto 745/2015, que define lote mínimo de 180 m². Desta forma, a CAT indeferiu a matéria e exigiu que fosse criada nova lei complementar com parâmetros adotados na Lei de Zoneamento de 2006 para ZEIS-KARST (tabela XIII), sendo necessária a revogação da Lei Complementar nº 73/2018 e encaminhou o processo para aprovação do CGM/RMC. A secretária executiva apresentou o comparativo entre os parâmetros da ZEIS-K no Plano Diretor de 2006 e no Plano Diretor de 2018 e informou que o Conselho poderá solicitar que a nova Lei Complementar se adeque aos parâmetros da ZEIS – KARST do novo Plano Diretor quando o mesmo for sancionado, pois se adequa às exigências do Decreto Estadual 745/2015. O Sr. João Samek questionou a ação de se criar uma nova Lei Complementar para instituição de ZEIS que alteraria a Lei Zoneamento que acabou de ser aprovada, como um todo, pelo CGM/RMC. A secretaria executiva afirmou que tanto o Plano Diretor de 2006, quanto o novo Plano Diretor, permitem que o município crie novas ZEIS, com parâmetros específicos por meio de Lei Complementar e informou aos Conselheiros que, quando questionados, os técnicos do município alegaram que essa observação incluída na Lei teria como objetivo restringir a ocupação pontual, por intermédio de parâmetros específicos. O Sr. Antonio Cesar Matucheski, Prefeito de Tijucas do Sul, se pronunciou dizendo que o Conselho havia acabado de auxiliar o Município de Almirante Tamandaré, aprovando seu novo Plano Diretor, que passou por todos os trâmites exigidos legalmente, e que não acredita ser coerente que o mesmo Conselho aprove, em seguida, uma matéria que iria de encontro ao que o mesmo aprovou, alterando uma lei recém aprovada do Plano Diretor. A Sra. Jussara informou que os municípios devem ser responsáveis no momento de criação de áreas para indução do desenvolvimento urbano, planejando áreas e implantando a infraestrutura básica necessária. O Prefeito de Tijucas



do Sul concordou com o posicionamento da Sra. Jussara e acrescentou que seria um risco possibilitar a abertura de novas ZEIS.

**DECISÃO:** Após as discussões a secretária executiva abriu para votação dos Conselheiros a aprovação da instituição de Zona Especial de Interesse Social do Karst (ZEIS – K) em área do loteamento denominado “Jardim Ecoville”, em Almirante Tamandaré, sob matrícula nº 16.964, sendo necessária revogação da Lei Complementar nº 73/2018 e instituição de nova Lei com parâmetros já estabelecidos na tabela XIII da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo nº 002/2006 do Plano Diretor do ano de 2006 para ZEIS/KARST. O processo foi INDEFERIDO por UNANIMIDADE pelo Conselho, com a justificativa de que as áreas em que o município pretende instituir ZEIS deveriam ter sido consideradas no Mapa de Zoneamento elaborado na Revisão do Plano Diretor de 2018 e que o Conselho não tomará decisão que irá de encontro à nova Lei de Zoneamento aprovada por ele na mesma sessão, devendo o projeto respeitar a nova Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo (nº 092/2019), juntamente com seus anexos – Mapa e Tabelas de Parâmetros, aprovados pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC.

Em seguida, a secretária do CGM/RMC apresentou os processos nº 15.915.642-7 – COMEC e 15.915.686-9 - COMEC, referentes à solicitação de Instituição de Zona Especial de Interesse Social do Karst (ZEIS K) nos imóveis destinados aos loteamentos denominados “Jardim Ecoville II”, sob matrícula nº 11.926 e “Jardim Europa”, sob matrícula nº 09.369, localizados no Aquífero KARST – em Almirante Tamandaré. A secretária explicou os processos se tratam de solicitações semelhantes à apresentada no processo anterior e que, por este motivo, seriam apresentados contiguamente, pois ambos também foram objetos da Lei Complementar nº 50/2015 que instituiu suas áreas como ZEIS e que foram retiradas desta classificação pela Lei Complementar nº 68/2018, porém o que os diferencia é a não existência de Lei Complementar de instituição de ZEIS específica, semelhante ao sancionado exclusivamente para o caso anterior “Jardim Ecoville”, Lei Complementar – 73/2018. A secretária iniciou a apresentação do processo nº 15.915.642-7, Loteamento Jardim Ecoville II, indicando que o imóvel está inserido na Zona Residencial do Karst – ZR-K, pela Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo nº 002/2006 e em ZR-K e Setor Especial de Vias Estruturais – SVE pela nova Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de 2019. A secretária explicou que o imóvel está em Área de Influência INDIRETA do Aquífero Karst e informou que a Comec já havia emitido consulta prévia para o imóvel, na qual solicitou estudo geológico/geotécnico da área em 2018. A secretária relatou que, segundo o parecer geológico nº 11/2018 do Departamento de Planejamento da Comec, o local é adequado à ocupação, porém com restrições, que deverão ser respeitadas e recomendou baixa densidade por estar em área de manancial. Quando encaminhado para o Departamento de Controle da Organização Territorial – DCOT/Comec, o mesmo relatou que o projeto não obedeceu aos parâmetros da legislação municipal e do Decreto Estadual 745/2015. Deste modo, o processo foi corrigido e protocolado novamente na Comec pela Secretaria Municipal de Urbanismo de Almirante Tamandaré, a qual relatou, em ofício, que solicitou as devidas correções para adequação do projeto ao Decreto Estadual 745/2015 e a Lei de Uso e Ocupação do Solo 02/2006, que determina área de 180 m²/unidade para ZEIS, justificou que o município tem por objetivo suprir o déficit habitacional e requereu a manifestação da CAT do KARST para a instituição do imóvel como ZEIS, para a implantação do referido Loteamento. A Câmara Técnica, em sua 18ª reunião ordinária de 2019, deferiu o projeto conforme os parâmetros da Tabela XIII da Lei de Zoneamento 02/2006 e remeteu o processo à aprovação do CGM/RMC.



Após a apresentação do primeiro assunto, o Prefeito de Tijucas do Sul, Sr. Antonio Cesar Matucheski, informou que permaneceria com a mesma decisão exposta no processo anteriormente apresentado do loteamento Jardim Ecoville alegando que, se houvesse intenção do município em instituir ZEIS nesta área, a mesma já deveria estar prevista na Revisão do Plano Diretor de 2018/2019. O Sr. Dmitri Arnaud, Presidente da CAT do KARST e membro do Conselho Gestor dos Mananciais, explicou que o projeto do Loteamento Jardim Ecoville II foi aprovado pela Câmara Técnica sem conhecimento das propostas incluídas na Revisão do Plano Diretor e que, por este motivo, foram considerados os parâmetros da Legislação de 2006, vigente à época, e que também foi considerado o estudo geotécnico que comprovou a área como sendo passível de ocupação. O Sr. Dmitri também informou que a densidade projetada para o loteamento não prejudicaria a qualidade do manancial. O Sr. Newton Borges dos Reis, informou que, apesar de ser favorável à implantação de ZEIS para atender às necessidades habitacionais do município, se posiciona contrário à aprovação destes empreendimentos, no momento, por irem de encontro à Revisão do Plano Diretor de Almirante Tamandaré que acabou de ser aprovado pelo CGM/RMC. Dando continuidade ao assunto, a secretária executiva apresentou o processo nº 15.975.197-0, do loteamento denominado Jardim Europa, também em Almirante Tamandaré. A secretária explicou que o imóvel se encontra na região denominada Tranqueira e indicou que, pela Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo nº 02/2006, estava inserido em Zona de Chácaras – ZCH e que, pelo novo Zoneamento (2018/2019), está inserido em Zona Residencial do Karst – ZR-K. A secretária mencionou o parecer geológico nº 05/2018 do Departamento de Planejamento da Comec, o qual concluiu que a área não é passível de uso e ocupação, de acordo com estudos geológicos e geotécnicos, informado que cerca de 30% da área possui risco de segurança na edificação que venha a ocupar o imóvel e que há um poço tubular de captação da SANEPAR. Ademais, o mesmo parecer indicou que as informações produzidas no laudo geológico/geotécnico, encaminhado pelo interessado, divergem das informações dadas pela Comec e pelo ITCG e recomendou-se a reversão do imóvel em uso urbano para uso rural, conforme estudo do macrozoneamento do KARST, realizado pela Comec em 2002. O ofício nº 09/2018 do Município, protocolado na Comec, informou que os 30% de área de risco foram retirados do projeto do loteamento. Porém, a secretária executiva do CGM/RMC apontou que a área retirada do projeto não coincide integralmente com a área de risco informada pelo parecer 05/2018 e delimitada pelo mapa de macrozoneamento do Karst como Área de Influência DIRETA do aquífero, ou seja, área de risco, compreendida por calcário. O secretário da CAT do Karst, Sr. Raul de Oliveira Gradovski, rememorou a resolução do CGM/RMC nº 03/2017 que estabelece: “[...] que não sejam declaradas Áreas de Interesse Social – AISO sobre terrenos compreendidos na Área de Influência Direta do Karst, conforme definido pelo Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 2002).”

**DECISÃO:** Após as apresentações dos dois processos e posteriores discussões pelo Conselho, a secretária executiva abriu para votação dos Conselheiros a aprovação de mesmo teor: Instituição de Zona Especial de Interesse Social do Karst (ZEIS – K) em área do Loteamento denominado “Jardim Ecoville II”, sob matrícula nº 11.926, e do Loteamento denominado “Jardim Europa”, sob matrícula nº 09.369, em Almirante Tamandaré, por meio de Lei Complementar, conforme parâmetros já estabelecidos na Tabela XIII – ZEIS KARST, da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do solo nº 02/2006. À exceção do Conselheiro Sr. Dmitri Arnaud, que foi a favor da instituição das ZEIS para manter a coerência com a decisão da Câmara Técnica do Karst, os dois processos foram INDEFERIDOS pelos Conselheiros, valendo-se do mesmo argumento dado ao



indeferimento do processo de instituição de ZEIS para o Loteamento Jardim Ecoville, protocolado sob nº 15.975.197-0, apresentado anteriormente: *“as áreas em que o município pretende instituir ZEIS deveriam ter sido consideradas no Mapa de Zoneamento elaborado na Revisão do Plano Diretor de 2018 e que o Conselho não tomará decisão que irá de encontro à nova Lei de Zoneamento aprovada por ele na mesma sessão, devendo o projeto respeitar a nova Lei de Zoneamento Uso e Ocupação do Solo (nº 092/2019), juntamente com seus anexos – Mapa e Tabelas de Parâmetros, aprovados pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC”*. Acrescenta-se à justificativa para o indeferimento da instituição de ZEIS no Loteamento Jardim Europa, nº 15.975.197-0: o imóvel está em área de Influência Direta do Karst, possuindo risco à ocupação, sendo proibida sua ocupação pela resolução nº 03/2017 CGM/RMC.

Por fim, a secretária executiva do Conselho apresentou a solicitação formulada pelo Grupo Interinstitucional de Trabalho – GIT para a criação de um Grupo de Estudo de revisão da UTP do Guarituba, em especial quanto às Zonas de Restrição à Ocupação (ZRO), tomando como base os protocolos nº 16.140.945-6 e 16.179.334-5 – COMEC, UTP do Guarituba, em Piraquara. A secretária introduziu a matéria explicando que os dois processos seriam apresentados conjuntamente, pois foram utilizados como argumentos para a solicitação formulada pelo GIT e que o próprio Município, em contato com a Comec, solicitou urgência no processo de revisão da UTP do Guarituba, pois a última revisão, o Decreto Estadual nº 6314/2006, congelou algumas áreas, que anteriormente, no Decreto de 809/1999 eram passíveis de ocupação com parâmetros específicos, tornando-as Zonas de Restrição à Ocupação - ZRO, e no dia 15 de novembro de 2019, algumas destas áreas foram ocupadas irregularmente por cerca de duzentas famílias. A secretária executiva do Conselho apresentou o protocolo nº 16.140.945-6 – COMEC, referente ao loteamento Parque Inglês, informando que o mesmo foi aprovado como tal em 1982, anteriormente ao Decreto Estadual 809/1999, que definiu o loteamento em Zonas de Ocupação Orientada V (Comercial e Residencial) – ZOO 5 e Zona de Ocupação Orientada III – ZOO 3, porém, atualmente, o loteamento está inserido em Zona de Restrição à Ocupação – ZRO e Zona Urbana Consolidada – ZUC, pelo Decreto Estadual nº 6314/2006. A secretária executiva concedeu a palavra ao advogado de defesa do processo, Sr. Daniel Alves de Oliveira, que cumprimentou os representantes presentes e entregou aos mesmos um documento que resumia a matéria em questão. Em seguida, o Sr. Daniel, mencionou o primeiro pedido do interessado que consiste na desafetação do remanescente do loteamento Parque Inglês, seja da condição de ZRO, seja de Zona de Ocupação Orientada I – ZOO I, considerando-se transformá-la em ZOO II ou ZUC, previstas no decreto 6314/2006, que conferiu nova redação ao Decreto 809/99, objetivando se permitirem lotes de 600 m². Na sequência o advogado apresentou o segundo pedido resumido em: caso impraticável o deferimento do primeiro, que fosse apontado se o loteamento se enquadra nos requisitos previstos na Lei 12.248/98 – SIGPRO, que define as Áreas de Restrição à Ocupação e as Áreas de Ocupação Orientada. O Advogado informou que parte da área doada para a Prefeitura de Piraquara, foi definida pelo Decreto Estadual 6314/2006, como ZUC, porém outra área doada, onde foi implantada uma escola, está em ZRO juntamente com remanescente destinado ao loteamento Parque Inglês, tornando a edificação irregular. Considerando os fatos apresentados o advogado questionou se, de fato, a área se configura como ZRO, solicitando posicionamento do CGM/RMC para que se sane a ilegalidade, em seguida, apontou em mapa, as áreas mencionadas e o comparativo dos mapas de Zoneamento de 1999 e de 2006, na área do loteamento e questionou sobre a quem realmente compete a responsabilidade de determinação de zonas em um decreto. O advogado ainda mencionou a



544 existência de um programa denominado “Direito de Morar em Guarituba”, do qual fazem parte  
545 secretarias municipais, o Governo do Estado do Paraná e Governo Federal, informando que o  
546 mesmo não utiliza como fundamento para alocação de recursos o mapa do Decreto 6314/2006,  
547 mas sim o mapa do Decreto 809/1999. O Sr. Daniel, alegou que o Decreto de 2006 suprimiu  
548 artigos do Decreto 809/99 e resumiu as zonas antes existentes em apenas duas: Zona de  
549 Urbanização Consolidada – ZUC e Zona de Restrição à Ocupação – ZRO, sem considerar os  
550 requisitos expressos pela Lei Estadual 12.248/98 – SIGPROM, os quais classificam o que são  
551 Áreas de Restrição à Ocupação, mencionando o Art. 10: “*Constituem-se Áreas de Restrição à*  
552 *Ocupação: I - As faixas de drenagem dos corpos d'água conforme definidas em legislação*  
553 *própria; II - As áreas cobertas por matas; III - As áreas com declividade superior a 30%; IV -*  
554 *As áreas do entorno dos reservatórios; V - As áreas sujeitas à inundação; VI - Outras áreas de*  
555 *interesse a serem incluídas mediante aprovação do CGM-RMC, de que trata esta Lei*”. O Sr.  
556 Daniel afirmou aos Conselheiros que o loteamento não se enquadra em nenhuma das  
557 características citadas no artigo supracitado e que o Decreto Estadual 6314/2006, ultrapassa a  
558 Lei Estadual 12.248/98, acrescentando ao último inciso “[...] *outras áreas de interesse à serem*  
559 *incluídas mediante prévia aprovação do Conselho Gestor dos Mananciais da RMC e através de*  
560 ***Decreto Estadual [grifo nosso]***”, informando que o CGM/RMC é, por força da Lei, o  
561 responsável por instituir as Áreas de Restrição à Ocupação e alegou que o mesmo não foi  
562 consultado para que o Mapa de Zoneamento fosse alterado em 2006, induzindo o Guarituba ao  
563 aumento de invasões, como a ocorrida no dia 15 de novembro, que foi desocupada por ação da  
564 Prefeitura, através de liminar. Por fim, o advogado resumiu a matéria informando que o  
565 loteamento foi aprovado com lotes de 5.000 m<sup>2</sup>, porém a venda dos mesmos não se realizou,  
566 com o Decreto Estadual 809/99, não foi permitida a subdivisão dos lotes, então foi autorizada a  
567 exploração mineral de areia na área, porém o material está contaminado por efluentes  
568 domésticos, provenientes das ocupações lindeiras, por estes motivos, requer-se, por parte do  
569 proprietário, a desafetação do zoneamento na área, para que se permita a subdivisão dos lotes em  
570 áreas de 600 m<sup>2</sup>. Após a apresentação do advogado, a secretária acrescentou que, à época da  
571 aprovação do loteamento, fora doada ao município uma porcentagem de 35,07% da área total do  
572 imóvel, destinada às áreas verdes, arruamento e equipamentos públicos, que hoje se encontram  
573 edificadas e compreendem a parcela do imóvel compreendida por ZUC. Quanto à parcela  
574 remanescente, que encontra-se em ZRO, a secretária encaminhou o pedido que a interessada  
575 Tocantins Engenharia Ltda. realizou em 2019, de desafetação da área, transformando-a em Zona  
576 Urbana Consolidada (ZUC), com lotes mínimos de 600m<sup>2</sup>, com a justificativa da defesa de  
577 “*Permitir ao requerente exercer seu direito de propriedade, em perfeita harmonia à legislação*  
578 *ambiental e de uso e de ocupação do solo*”, direito adquirido esse, que foi prejudicado pelo  
579 Decreto 6314/2006, segundo a defesa, a qual apresentou também o seguinte argumento: “[...]”  
580 *permitir à iniciativa privada contribuir com o Poder Público para fazer cessar a poluição e*  
581 *contaminação ali existente, promovendo a estabilização da pressão antrópica, proteção ao*  
582 *equilíbrio ecológico e atribuindo aos lotes a destinação legal e social*”. A secretária informou  
583 que o processo foi encaminhado ao GIT o qual, em sua 67ª reunião, emitiu a seguinte  
584 manifestação: “*Após explanação e análise do processo, o GIT declara-se favorável à*  
585 *consolidação do Loteamento conforme aprovado, porém, os lotes registrados e existentes*  
586 *deverão respeitar os parâmetros estabelecidos pela norma em vigor. Caso o interessado*  
587 *considerar pertinente, o mesmo poderá solicitar a desafetação da Zona de Restrição a*  
588 *Ocupação, acompanhado de justificativa técnica para análise do GIT e posteriormente, caso*  
589 *aprovado, encaminhamento ao Conselho Gestor dos Mananciais – CGM*”. Visando os



cumprimentos aos direitos adquiridos (Art. 5º da Constituição Federal) pela proprietária e a consolidação de parte do loteamento pela Prefeitura, que construiu escola, creche e posto de saúde, o GIT recebeu a justificativa técnica solicitada para a possível revisão do zoneamento na área do Parque Inglês, em outubro de 2019. Em seguida, em sua 70ª reunião, o GIT sugeriu que o processo fosse encaminhado ao Conselho Gestor dos Mananciais, solicitando um estudo do Zoneamento da UTP do Guarituba, através da criação de um grupo para discutir as possíveis alterações de zoneamento e elaborações de propostas para fiscalização da região, fundamentando-se pelas crescentes ocupações irregulares e loteamentos clandestinos na UTP, que culminam em maior contaminação do manancial. Em seguida a secretária apresentou o segundo caso relativo à matéria, o protocolado nº **16.179.334-5**, que trata-se de imóvel sob matrícula nº 28.929, na UTP do Guarituba em Piraquara, o qual já possui alvará, desde o ano de 2000, para a fabricação de artefatos de concreto e que na época o imóvel estava inserido em Zona de Ocupação Orientada III, de acordo com o Decreto 809/1999, porém a área foi alterada para Zona de Restrição à Ocupação, pelo Decreto Estadual 6134/2006, a qual não permite mais o uso em questão. A secretária informou que o interessado alega que o Decreto em vigência está desatualizado, pois não considera mais as ocupações já consolidadas no entorno e apresentou as imagens aéreas de 2004 e de 2019, que indicam a intensificação na ocupação da área ao longo dos anos. O interessado encaminhou o pedido de alteração de uso do imóvel através da desafetação do imóvel em ZRO, o qual foi protocolado em outubro de 2019 e encaminhado ao GIT que, em sua 70ª Reunião Ordinária, deliberou: *“Após análise e debate sobre o pedido, o GIT indefere a solicitação de desafetação da Zona de Restrição a Ocupação – ZRO. Entretanto, devido à complexidade da zona, pela sua fragilidade e pressão à ocupação, e considerando o que o empreendimento possui alvará de funcionamento expedido anteriormente, o processo será tomado como base para encaminhamento ao Conselho Gestor dos Mananciais para análise conforme os critérios elencados no processo de nº 1 da presente ATA”* (o processo de nº 1 a que se refere o trecho da Ata é o processo do Loteamento Parque Inglês, protocolo nº 16.140.945-6). Por fim, o processo foi encaminhado ao Conselho Gestor dos Mananciais, com o objetivo de tomá-lo como base para a decisão de instituição de Grupo de estudo para revisão da UTP do Guarituba. A secretária executiva do CGM/RMC passou a palavra para o Coordenador do Departamento de Planejamento da Comec, Sr. Eloir Alberti, que fez breve explanação sobre o processo de criação da UTP do Guarituba, informando que, em 1999, o estudo realizado pela Comec para a área previa restrição à ocupação entre o Rio Iraí e o Canal Extravisor, instruiu como Zona de Ocupação Orientada – ZOO as demais áreas desocupadas e como Zona de Urbanização Consolidada – ZUC as áreas já ocupadas. O Sr. Eloir explicou que, quando se revisou a UTP do Guarituba, em 2006, a intenção inicial do Poder Público era a retirada de toda a população da área de risco, mas com pressão popular, o novo Zoneamento (Decreto 6134/2006), instituiu todas as áreas ocupadas como ZUC, porém as demais áreas ficaram congeladas, à pedido, como ZRO. No ano de 2019, a Comec iniciou as tratativas com o Município de Piraquara a fim de revisar a UTP do Guarituba, objetivando trabalhar juntamente com a elaboração da revisão Plano Diretor de Piraquara para mitigar os problemas enfrentados pelo município no local e informou que será encaminhado ofício à Secretária de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas – SEDU, solicitando a instituição do Grupo de Trabalho para estudo de revisão da UTP do Guarituba, composto por diversas instituições a serem nomeadas, caso o CGM/RMC aprove a solicitação do GIT. O Sr. Samek, salientou que se não fosse instituído o Zoneamento de 2006, congelando as áreas não ocupadas à época, possivelmente o Guarituba já estaria inteiramente ocupado irregularmente, culminando na



636 inundações da área e explicou que este novo estudo é de extrema relevância e de alta  
637 complexidade. O advogado Daniel questionou se seria realizada a desafetação para o loteamento  
638 Parque Inglês. A secretária executiva informou que o processo do loteamento dependerá da  
639 formalização do Grupo de Trabalho e da Revisão do Decreto da UTP. A Sra. Jussara informou  
640 que o problema é um sistema em maior escala e complexo, por isso não deverá ser resolvido  
641 pontualmente, mas que a instituição do grupo poderá ser tratada como caso emergencial. Os  
642 representantes da Tocantins Engenharia insistiram que o local permanecerá na ilegalidade se não  
643 for desafetado. O Sr. Dmitri informou que o GIT encaminhou para o Conselho Gestor dos  
644 Mananciais apenas a recomendação de que se instituisse o grupo de estudo da revisão. E os  
645 Conselheiros informaram os representantes da Tocantins que o CGM/RMC aprovará a criação  
646 do grupo de estudo justamente para evitar a irregularidade e ilegalidade em toda a UTP do  
647 Guarituba. O advogado, Sr. Daniel, reiterou o pedido de que o Conselho se manifestasse pela  
648 desafetação do loteamento Parque Inglês, em ZRO, para que voltasse a ser considerado como  
649 ZOO V, nos termos do Decreto 809/1999 e do Programa “Direito de Morar em Guarituba”, ou  
650 que o loteamento fosse enquadrado como ZOO II, nos termos do Decreto 6314/2006. O Sr. Eloir  
651 Alberti, informou que possivelmente o loteamento Parque Inglês, após sua aprovação, teve um  
652 prazo para ser implantado e que uma área só pode ser instituída como ZUC, ou como ocupação  
653 urbana, se realmente houver ocupação consolidada, por isso a área que foi doada para a  
654 Prefeitura, a qual recebeu equipamentos públicos, foi considerada como ZUC, porém o  
655 remanescente do loteamento não está consolidado. O Sr. Raul de Oliveira Gradovski, secretário  
656 executivo do GIT, informou que os processos de desafetações que tramitaram e foram aprovados  
657 no GIT, nas Câmaras Técnicas e no CGM/RMC foram vinculadas ao que está disposto nos  
658 Decretos Estaduais de APAs, que preveem desafetações para casos específicos, e informou que o  
659 Decreto Estadual nº 6134/2006 da UTP do Guarituba foi aprovado pelo CGM/RMC através da  
660 resolução 01/2006, ou seja, a autonomia do Conselho, definida pelo Art. 10, inciso VI, da Lei  
661 Estadual 12.248/98, foi de fato, consolidada, porém entende que o Mapa de Zoneamento de  
662 2006, conforme foi concebido, não se aplica mais à atualidade, visto à crescente ocupação  
663 irregular do Guarituba, mas informou que não encontrou previsão legal no decreto que permita a  
664 alteração de zoneamento em favor de particular ou a desafetação de um imóvel, também  
665 informou que o Decreto 6134/2006 respeitou a Lei Estadual 12.248/98. O advogado de defesa,  
666 lembrou que há comprovações de que a área remanescente do loteamento já é ocupada por  
667 equipamentos públicos, há cobrança de IPTU, mas que o decreto não permite investir no  
668 loteamento. A Sra. Jussara, informou que o Conselho concorda plenamente com o  
669 posicionamento do advogado, porém não pode ser incoerente com o restante da UTP do  
670 Guarituba. O Sr. Samek informou que deverá ser criado o estudo de caráter multidisciplinar no  
671 qual a sociedade irá participar, pois o Estado já está convencido da necessidade de revisão da  
672 UTP e informou que, no momento do estudo de zoneamento, a área do loteamento também será  
673 revista. A Sra. Jussara sugeriu que o Grupo de Trabalho esteja atrelado à Revisão do Plano  
674 Diretor de Piraquara, que já está em andamento, para que os estudos tomem como base o  
675 diagnóstico da UTP que já está sendo realizado pelo Município e equipe técnica contratada. O  
676 Sr. Eloir informou que, de acordo com os estudos realizados pelo Instituto das Águas do Paraná,  
677 se houver adensamento maior no local, há maior risco de inundações no entorno. Após  
678 questionamentos, o Presidente do Conselho, Sr. Gilson, definiu que o Grupo de Estudo deverá  
679 desenvolver as atividades de revisão dentro do prazo estabelecido para a conclusão da Revisão  
680 do Plano Diretor de Piraquara.

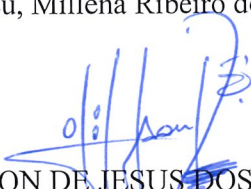





Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

682 **DECISÃO:** Após as discussões a secretária executiva abriu para votação dos Conselheiros a  
683 aprovação da instituição de grupo de estudo emergencial para a revisão da UTP do Guarituba, de  
684 acordo com a solicitação do Grupo Interinstitucional de Trabalho – GIT, que deverá concluir as  
685 atividades dentro do prazo de finalização da Revisão Plano Diretor de Piraquara. O grupo deverá  
686 ser constituído pelas secretarias do Estado e do Município relacionadas à matéria. A proposta foi  
687 aprovada por UNANIMIDADE pelo Conselho Gestor dos Mananciais da RMC.

688  
689 Finalmente, o Presidente da sessão, Sr. Gilson de Jesus dos Santos agradeceu a presença de  
690 todos e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião às dezoito horas e vinte e oito  
691 minutos. Eu, Millena Ribeiro dos Reis, lavrei a presente ata.

  
GILSON DE JESUS DOS SANTOS  
Presidente

  
MILLENA RIBEIRO DOS REIS  
Secretária Executiva





Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

LISTA DE PRESENÇA  
71ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS - RMC

DATA: 18/12/2019

| NOME                           | INSTITUIÇÃO                      | INTEGRANTE<br>(TITULAR/SUPLENTE/<br>OUVINTE) | TELEFONE     | EMAIL                                 |
|--------------------------------|----------------------------------|--|--------------|---------------------------------------|
| 1 JOSÉ ROSSA JÚNIOR            | SINDUSCON-PR                     | Suplente                                     | 41 984287403 | jose.rossa.jr@gmail.com               |
| 2 LUISARÁ MC SILVA             | UNIVERSIDADE POSITIVO            | TITULAR                                      | 41 992181141 | jumoraids25@gmail.com                 |
| 3 CARLOS HENRIQUE GIGLIO JR    | TOCANTINS <del>EDUCACIONAL</del> | SUPLENTE                                     | 41 992367840 | TOCANTINSADM@NOTMAIL2.COM             |
| 4 BRUNA DE MELO                | IAP                              |  | 32 133405    | BRUNA.DEMELO@IAP.PR.GOV.BR            |
| 5 FERNANDO ARAÚJO DE CAMARGO   | 8M - C M/PR                      | SUPLENTE                                     | 3677 4050    | FERNANDO.CAMARGO@CAMLOMAGES.PR.GOV.BR |
| 6 MARILENE DES. TAVES CIPOLATO | SANEPAR                          | OUVINTE                                      | 93847 7273   | marilenep@.gmail.com                  |
| 7 NÍCOLAS LOPARDO              | SANEPAR                          | OUVINTE                                      | 98749613     | niopardo@sanepar.co..br               |
| 8 LILIAN S. COSTA              | POTASS CONSTRUCTORA              | OUVINTE                                      | 988148856    | juliam@potassconstructora.com.br      |
| 9 UDO SCHMIDT NEXO             | AUTONOMO                         | REQUERENTE                                   | 99703-3836   | UDOSNETO@YAHOO.COM.BR                 |
| 10 NEWTON BORGES DOS REIS      | SINDUSCON/PR                     | TITULAR                                      | 999217950    | newton@conceitosemvalidag.com.br      |
| 11 JIMÉI ARNOLD                | QEMAC                            | "  | 3320 69449   | dundi@comac-pr.co.l.pr                |
| 12 Fernando Cogo               | COMEC                            | OUVINTE                                      | 3320-6936    | fernandacogo@comec.pr.gov.br          |
| 13 MARIA CRISTINA BORGES       | SERRA - STP                      |  | 3382-4078    | cristina.borges@sjp.pr.gov.br         |
| 14 CELSO MARFROY               | DM - ATC                         | Rgte   | 996818008    | PRM@dmfury@.gmail.com                 |
| 15 SERGIUNO TUDY KEDU          | PMF7                             | Requerente                                   | 98404.0300   | sergiunomysmate@gmail.com             |
| 16 PAUL DE OLIVEIRA GONDARDI   | COMEC                            | OUVINTE                                      | 3320-6947    | GRADOLSKI@comec.pr.gov.BR             |





Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba

LISTA DE PRESENÇA  
71ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS - RMC

DATA: 18/12/2019

| NOME                       | INSTITUIÇÃO    | INTEGRANTE<br>(TITULAR/SUPLENTE/<br>OUVINTE) | TELEFONE  | EMAIL                          |
|----------------------------|----------------|--|-----------|--------------------------------|
| 17 Antônio Queiroz         | Pub. - ASSOMEC | MT   | 999797578 | CABINETE@TJUCASDOSSAULMONTA.RJ |
| 18 Gustavo Santos          | Conce.         |  |           |                                |
| 19 Antonio C. Gerardi      | Saneapar       | TIT  |           |                                |
| 20 JOÃO LECH SANNEIZ       | AGUASPARA      | TIT  | 32134728  | joao@sanepar.com.br            |
| 21 Eloy C. Alberti, Jr.    | Comec          | Planejamento                                 | 3320-6540 | eloi@comec.pr.gov.br           |
| 22 Milena Ribeiro dos Reis | Comec          | Secretaria                                   |           | milena@comec.pr.gov.br         |
| 23                         |                |  |           |                                |
| 24                         |                |  |           |                                |
| 25                         |                |  |           |                                |
| 26                         |                |  |           |                                |
| 27                         |                |  |           |                                |
| 28                         |                |  |           |                                |
| 29                         |                |  |           |                                |
| 30                         |                |  |           |                                |
| 31                         |                |  |           |                                |